

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REQUERIMENTO Nº DE 2007

(Do Sr. Rogério Marinho e Sr. Rodrigo Rollemberg)

Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para discutir o *Ensino das Ciências e Matemática na Educação Básica*.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência que seja realizada reunião de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para discutir, para discutir o *Ensino das Ciências e Matemática na Educação Básica*.

JUSTIFICATIVA

A ciência e a tecnologia têm hoje para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas um papel essencial. Todos os países que conseguiram superar situações de subdesenvolvimento executaram programas educacionais que conduziram à ampliação da oferta escolar e à melhoria da qualidade do ensino nos diversos níveis.

A educação científica da população, na opinião de muitos especialistas, constitui, no momento atual, um componente básico da formação educacional dos cidadãos e é considerada fator essencial para o desenvolvimento de uma nação. A Conferência Mundial sobre a Ciência para o Século XXI, realizada pela UNESCO, declarou que, para um país estar em condições de atender às necessidades fundamentais de sua população, o ensino das ciências e da tecnologia é um imperativo estratégico. Hoje, mais do que antes, é necessário fomentar e difundir a educação científica em todas as culturas e em todos os setores da sociedade (Declaração de Budapeste, 1999).

Em primeiro lugar, os futuros cidadãos necessitam de uma boa base de conhecimentos científicos uma vez que a sociedade moderna é, cada vez mais, influenciada pelas idéias e produtos derivados da ciência e da tecnologia. Outro aspecto em favor do componente científico na educação básica é que ele possibilita uma participação cidadã mais consciente na tomada de decisões



B1B52D8649

importantes para o país. A Declaração de Budapeste, por exemplo, coloca a educação científica como fundamental para a maior participação dos cidadãos na adoção de decisões relativas às aplicações dos novos conhecimentos. Ela sugere que toda a população deve possuir um conhecimento mínimo que a torne capaz de participar, com conhecimento de causa, das discussões públicas acerca de assuntos importantes relacionados à ciência e tecnologia. A importância da participação dos cidadãos na tomada de decisões sobre questões que envolvem ciência e tecnologia e suas implicações para a sobrevivência da espécie humana no Planeta, levou a ONU a instituir o período de 2005 – 2014 como a Década da Educação para um Futuro Sustentável. A educação científica pode contribuir também na formação de um espírito crítico e na capacidade de questionamento de dogmas, autoritarismos, preconceitos e privilégios. Outra contribuição significativa da educação científica de qualidade é sua capacidade de atrair jovens para as carreiras científicas e tecnológicas.

A situação geral da educação no Brasil, embora tenha avançado em vários aspectos nos últimos anos, é ainda precária e constitui sério obstáculo para um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social, em especial no que se refere à componente científica e tecnológica. Atesta isto o desempenho dos estudantes brasileiros em ciências e matemática que atinge níveis muito baixos. O número relativo de estudantes que concluem o ensino médio é um dos mais baixos da América Latina. É preciso melhorar muito a qualidade do ensino fundamental e médio, em particular no que concerne à educação em ciências e matemática. Apesar dos esforços recentes de expansão do ensino público superior e da criação de mecanismo para apoio a estudantes em instituições privadas, uma porcentagem muito baixa dos jovens entre 18 e 24 anos está matriculada em instituições de educação superior. Existe também uma distorção na distribuição de estudantes do ensino superior, com um número de matrículas relativamente pequeno nas ciências e engenharias.

O Poder Legislativo que tem sempre se preocupado com a questão educacional na Brasil não pode deixar de realizar ações que busquem sua melhoria neste momento de crise aguda. É parte de seu papel realizar análises gerais e articular os principais atores envolvidos na definição e execução de políticas públicas, em particular na área educacional.

Sala da Comissão, em de abril de 2007.

Rodrigo Rollemberg
Deputado Federal – PSB/DF

Rogério Marinho
Deputado Federal – PSB/RN



B1B52D8649